

# “PARA A UNIÃO DO PROLETARIADO BRASILEIRO”: A CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA, O SINDICALISMO E A DEFESA DA AUTONOMIA DOS TRABALHADORES NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Edilene Toledo<sup>1</sup>

Nascida formalmente em abril de 1906, no interior do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado na então capital do país, Rio de Janeiro, a Confederação Operária Brasileira (COB), que só passou a funcionar concretamente a partir de março de 1908, foi a primeira organização operária nacional capaz de atuar com algum sucesso, embora de maneira irregular e com muitas dificuldades<sup>2</sup>.

Ancorada, sobretudo, na Federação Operária do Rio de Janeiro (Forj, fundada em 1906 e herdeira da Federação Operária Regional, fundada em 1905), mas com a colaboração da Federação Operária de São Paulo (Fosp, fundada no fim de 1905) e de outras organizações, a COB representou um avanço para o movimento operário no país. Destaca-se especialmente seu jornal, *A Voz do Trabalhador*, publicado quinzenalmente, com uma tiragem que chegou a 4.000 exemplares, e que, nos 71 números publicados nos anos de 1908 e 1909 e entre 1913 e 1915, noticiou as lutas do proletariado de várias partes do Brasil e do mundo e conseguiu pela primeira vez coordenar e promover a troca de informações no interior do movimento.

Claudio Batalha aponta que, em termos práticos, a COB contou apenas com a estrutura da Forj, sem uma efetiva organização própria, nem tampouco uma dimensão nacional. Ainda assim, teve um valor real e simbólico importante, configurando-se como o primeiro grande esforço de criação de uma identidade comum entre os trabalhadores do Brasil.

Apresentando o jornal da COB como legítimo porta-voz das classes trabalhadoras de todo o país, “desde as cochilas gaúchas até os cálidos seringais da Amazônia”<sup>3</sup>, os redatores de *A Voz do Trabalhador* atribuíam grande importância à consolidação dessa primeira organização operária nacional:

[...] dá-se o primeiro passo para o despertar do proletariado do Brasil e lançam-se os alicerces duma organização futura, feita de comum acordo e com um fim determinado. [...] Dando vida à Confederação caminha-se para a união do proletariado brasileiro, sem a qual não será fácil empreender uma luta constante e vigorosa contra os exploradores de nosso suor, contra os inimigos dos que lutam pelo bem estar da humanidade<sup>4</sup>.

Ao mesmo tempo em que se destacava a necessidade da união nacional das classes trabalhadoras, reafirmava-se o caráter internacional do movimento. Ao noticiar, por exemplo, a grande greve rural de Parma, na Itália, em 1908, que mobilizou mais de 30 mil trabalhadores agrícolas e contou também com a solidariedade dos trabalhadores urbanos<sup>5</sup>, o jornal enfatizava que os trabalhadores brasileiros se reconheciam numa luta internacional, considerando que no campo italiano “desenrolavam-se acontecimentos de extraordinária importância para a nossa comum obra de emancipação”<sup>6</sup>. Com grande satisfação, o jornal apresenta também uma carta da Federación Obrera Regional Argentina, que conclamava todos os trabalhadores para “a fraternidade dos povos sem distinção de raça e de cor”<sup>7</sup>.

Nesse contexto de construção de um projeto sindicalista internacional, as lutas dos trabalhadores em cada país passaram a exercer uma influência

importante sobre o comportamento dos trabalhadores de outros países. Essa observação atenta das lutas em outras partes do mundo é clara também no jornal da confederação. Os trabalhadores franceses tinham criado a sua central sindical alguns anos antes, em 1895, e os italianos fundaram sua Confederação Geral do Trabalho em 1906.

Ao criar essa confederação, 43 delegados de 28 sindicatos operários – vindos de São Paulo e do próprio Rio de Janeiro, principais promotores do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, mas também de estados distantes da capital, como Pernambuco e Ceará – atribuíram à confederação os seguintes fins:

[...] promover a união dos trabalhadores para a defesa de seus interesses morais, materiais, econômicos e profissionais; estreitar laços de solidariedade entre o proletariado organizado, dando maior força e coesão a seus esforços; estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado e defender publicamente as reivindicações econômicas dos trabalhadores, através de todos os meios e especialmente através do jornal *A Voz do Trabalhador*; reunir e publicar dados estatísticos e informações exatas sobre o movimento operário e as condições de trabalho em todo o país<sup>8</sup>.

Eram objetivos sindicais propriamente e, ainda que tenham sido só parcialmente atingidos, representaram um esforço de comunicação e de organização significativo para os trabalhadores de várias partes do país. O entusiasmo dos participantes desse projeto era perceptível nas páginas do jornal, nas quais predominavam as ideias do sindicalismo revolucionário, sobretudo, e do anarquismo, com um tom crítico em relação ao socialismo reformista, mas sem negar as contribuições de Marx para a luta dos trabalhadores:

A Confederação Operária procede muito bem: está pugnando pelos direitos dos fracos contra o poderio dos fortes. Precisamos ser solidários uns com os outros e gritarmos sempre: “Proletários de todo o mundo, uni-vos”, como dizia Karl Marx, o benemérito socialista<sup>9</sup>.

A iniciativa da realização do Primeiro Congresso Operário Nacional foi da Federação Operária Regional, originada da Federação das Associações de Classe, esta nascida no Rio de Janeiro em 1903<sup>10</sup>.

O congresso realizou-se na sede do Centro Galego, na rua da Constituição, e a COB teve sua sede instalada inicialmente num sobrado da rua do Hospício (atual rua Buenos Aires), 144, também no centro do Rio. Mais tarde, em setembro de 1913, a sede da COB passaria à rua dos Andradas, 87, mesmo

local da sede da Forj. Nessa época, era seu secretário-geral o tipógrafo anarquista Rozendo dos Santos, e o também trabalhador gráfico João Leuenroth era o tesoureiro<sup>11</sup>. Rozendo dos Santos era um dos organizadores da Liga das Artes Gráficas, fundada em 1903. João Leuenroth, ao contrário de seu irmão Edgard, não era anarquista, mas um reformista<sup>12</sup>.

Durante os primeiros anos de existência, a COB reuniu cerca de 50 sindicatos, sobretudo os organizados na Federação Operária do Rio de Janeiro (Forj), na Federação Operária de São Paulo (FOSP) e na Federação Operária do Rio Grande do Sul (Forgs), principais bases de sustentação da confederação, e também os organizados na Federação Socialista Baiana, na Federação de Santos, entre outras<sup>13</sup>.

A COB era formada por federações nacionais de indústria ou de ofício, uniões locais ou estaduais de sindicatos, sindicatos isolados em locais onde não existiam federações ou de indústrias e ofícios não federados. Em julho de 1908, o primeiro número d'*A Voz do Trabalhador* anunciava que as associações que tinham aderido à COB eram:

– *do Rio de Janeiro*: o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos (os têxteis eram o maior grupo entre os trabalhadores industriais no Brasil); a Associação Protetora dos Chapeleiros; o Centro dos Operários Marmoristas; o Sindicato dos Carpinteiros, Pedreiros e Anexos; o Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilhos e Mosaicos; o Sindicato dos Trabalhadores em Pedreiras; o Sindicato dos Pintores; o Sindicato dos Sapateiros e o Sindicato Operário de Ofícios Vários;

– *de São Paulo*: o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos; a União dos Chapeleiros; a Liga dos Trabalhadores em Madeira; a Liga dos Pedreiros e Anexos; o Sindicato dos Trabalhadores em Veículos; o Sindicato dos Metalúrgicos; o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos; o Sindicato dos Transportadores de Tijolos; o Sindicato dos Trabalhadores em Pedra Granito; a Liga dos Pintores; a Liga das Costureiras de Carregação; o Sindicato dos Trabalhadores de Olarias; o Sindicato dos Oficiais Alfaiates; o Sindicato dos Vidreiros de Água Branca; a Liga Operária de Campinas; a Liga Operária de Jundiaí; a Liga Operária de Amparo; o Centro União Operária de Ribeirão Preto; o Sindicato de Ofícios Vários de São Bernardo; o Sindicato dos Pintores, o Sindicato dos Carpinteiros e o Sindicato dos Pedreiros, de Santos;

– *do Rio Grande do Sul*: o Sindicato dos Marmoristas de Porto Alegre.

O número seguinte anuncia a adesão da Federação Socialista Baiana, composta pela União das Costureiras, o Centro dos Trabalhadores do Mar, a Associação dos Trabalhadores em Construção, a Associação dos Trabalhadores em Padaria, o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, o Sindicato dos Mecânicos, a União dos Trabalhadores da Viação Terrestre e o Centro dos Sapateiros

e também da União Operária Alagoana<sup>14</sup>. Essa longa lista nos oferece um quadro das organizações operárias, especialmente do Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1913, eram confederadas, segundo *A Voz do Trabalhador*, do Rio de Janeiro, a Forj, o Centro dos Operários Marmoristas, A União Geral dos Pintores, o Sindicato dos Sapateiros, o Sindicato dos Carpinteiros, o Sindicato de Ofícios Vários, o Sindicato dos Estucadores e Pedreiros, o Sindicato dos Trabalhadores das Pedreiras, a Fênix Caixeiral, a Associação Operária Independente, o Sindicato Operário da Indústria Elétrica e o Sindicato dos Funileiros e Bombeiros Hidráulicos, além do Círculo Operário Fluminense, de Niterói, e o Centro Operário Primeiro de Maio, de Petrópolis. De São Paulo: a União Gráfica, o Sindicato Operário de Ofícios Vários, o Sindicato dos Estucadores, Pedreiros e Serventes, a União dos Canteiros, o Sindicato dos Carroceiros e Chauffeurs, o Sindicato dos Ternos de Embarque de Café, o Sindicato dos Pintores, o Sindicato dos Pedreiros e Serventes, o Sindicato dos Canteiros, o Sindicato dos Estivadores, o Sindicato dos Carpinteiros, o Sindicato dos Ferreiros e Serralheiros, a Liga Operária de Batatais, o Centro Operário Beneficente e Instrutivo de Jaú, a União Operária de Cravinhos, a Sociedade Operária de Vila Rafard, a União Operária Beneficente de Franca e a Federação Operária Local de Santos. De Minas Gerais, a Associação Beneficente Irmãos Artistas de Juiz de Fora, a Liga Operária Machadense, de Machado, o Centro Operário Sindicalista de Belo Horizonte. Do Rio Grande do Sul, a Federação Operária do Rio Grande do Sul e as associações a ela federadas, a União Operária Internacional, a Allgemeiner Arbeiter Verein, a União dos Pedreiros, a Sociedade Polaca, a União Metalúrgica, a União dos Chapeleiros, a União Tipográfica, o Sindicato dos Pintores e a Sociedade União dos Trabalhadores da Estiva; do Amazonas, a Associação das Artes Gráficas do Amazonas. De Alagoas, a Federação Operária Alagoana e suas associações federadas, o Sindicato Gráfico, o sindicato dos Alfaiates e o Sindicato dos Sapateiros. Do Rio Grande do Norte, A Liga Operária de Natal e a Liga Operária de Mossoró. A comparação entre os dois períodos – o do início, 1908, e o do reinício, 1913 – revela uma expansão numérica e geográfica considerável da Confederação, com aumento do número de sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul e o ingresso de sindicatos de Minas Gerais, Amazonas e Rio Grande do Norte.

É bem verdade que não faltavam lamentos no jornal sobre a pouca contribuição dos confederados, tanto no envio de informações como de dinheiro, mas ainda assim a comunicação e a ação da confederação foram se expandindo ao longo dos seus anos de existência.

Somente os sindicatos formados exclusivamente por trabalhadores assalariados e que tivessem como objetivo principal a resistência no terreno econômico podiam fazer parte da confederação. Cada sindicato que aderira ti-

nha um delegado na confederação e devia contribuir para as despesas com uma cota mensal de 20 réis por cada um dos membros. A comissão responsável pela confederação era eleita por dois anos e distribuía os encargos entre seus membros. Segundo a decisão do congresso, a confederação não pertencia a nenhuma escola política ou doutrina religiosa, não podendo tomar parte coletivamente em eleições, manifestações partidárias ou religiosas, nem podendo um sócio qualquer servir-se de um título da confederação ou de uma função da confederação em ato eleitoral ou religioso. “Considerando que o operariado se achava extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas”, a COB, assim como se tinha decidido no Primeiro Congresso, convidava a “deixar fora do sindicato a luta política de um partido e também as rivalidades que resultariam da adoção, pelos sindicatos, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral”<sup>15</sup>. Por esse princípio básico, os sindicatos não deveriam ser nem anarquistas, nem socialistas, nem católicos, mas simplesmente operários, permitindo a exposição e discussão de todas as ideias<sup>16</sup>.

A inspiração no movimento operário francês, sobretudo na Confederação Geral do Trabalho – *Confédération Générale du Travail* (CGT) –, é evidente. Neno Vasco, em *A Voz do Trabalhador*, afirmava que:

A sociedade de resistência mais perfeita e a mais completa, embora não sem defeitos, é o sindicato francês, aderente à Confederação Geral do Trabalho. É puramente de resistência, facilitando a entrada a todos, procurando agrupar o maior número, mas sem por isso deixar de agir constantemente<sup>17</sup>.

A inspiração no sindicalismo francês continua aparecendo clara e frequentemente nas várias fases do jornal, como na exaltação das ideias de Émile Pouget, “um dos maiores autores que temos lido sobre a questão social”, afirma o jornal<sup>18</sup>. É nele que se funda também a ideia da confederação: “[Pouget] aconselha que cada classe se organize em sindicato próprio, que os sindicatos se organizem em federações, que as federações se organizem em confederações e que as confederações constituam a Internacional”<sup>19</sup>.

Os membros da COB consideravam que ela deveria defender as aspirações fundamentais “da grande família socialista”, sem distinção de escola e de partido, de modo que qualquer membro de uma organização, fosse ela social-democrata, socialista, anarquista ou de outra tendência, pudesse aceitá-la inteiramente. Julgava-se, pois, que a condição para o sucesso do sindicato estava na sua autonomia, que garantiria a supressão dos conflitos entre as diferentes tendências políticas presentes entre os trabalhadores. Essa defesa da autonomia dos sindicatos é um traço das ideias dos organizadores da COB evidenciado em seu jornal.

É evidente a força, no interior da COB e dos sindicatos a ela associados, do sindicalismo revolucionário, movimento que reunia ideias socialistas e anarquistas, mas que, ao menos por um período, tornou-se, em vários países, uma corrente política autônoma e caracterizou as expressões mais radicais do movimento sindical. Hobsbawm considerou que, entre 1905 e 1914, o típico revolucionário ocidental era provavelmente uma espécie de sindicalista revolucionário<sup>20</sup>.

Os temas fundamentais debatidos por essa corrente sindicalista revolucionária, e claramente perceptíveis em *A Voz do Trabalhador*, foram especialmente a crítica às tendências reformistas, o apelo à ação direta do proletariado e a importância atribuída à função do sindicato. Na visão de sociedade futura dos sindicalistas revolucionários, seria o sindicato a gerir a sociedade, substituindo a autoridade e as funções do Estado. O processo de formação do sindicalismo revolucionário, a partir dos anos 1890, variou de país para país: se na França e no Brasil ele nasceu mais próximo dos anarquistas, na Itália e na Argentina ele foi uma dissidência de seus respectivos partidos socialistas.

A COB foi, assim, o produto da ação de militantes provenientes de diversos horizontes políticos, como anarquistas, sindicalistas revolucionários, socialistas e outros, mas que viam no sindicato o órgão e na greve geral o meio para a transformação social. A confederação declarava também que seus membros eram totalmente livres para agir segundo suas convicções políticas, com a condição de que fosse fora do sindicato. Isso tudo expressava o desejo de atenuar o peso dos desacordos políticos no interior das organizações sindicais, que tinham a obrigação de se concentrar nas lutas reivindicativas.

Entretanto, embora a greve fosse apresentada como meio legítimo e necessário de luta, o jornal aconselhava muita cautela na sua deflagração:

Nós não incitamos os nossos companheiros a se declararem em greve sem que saibamos que esta triunfe, porque não temos por divisa levar a miséria aos seus lares. Agora, se uma parede é declarada, é nosso dever orientá-la ou aconselhar os companheiros paredistas a prolongarem-na ou não, conforme as razões que a motivaram e os resultados que poderá trazer – positivos ou negativos<sup>21</sup>.

As organizações inspiradas no sindicalismo revolucionário procuravam obter melhorias de curto prazo no quadro do sistema existente, mas adotavam também como perspectiva de longo prazo a derrubada do capitalismo e a instauração de um sistema de propriedade coletiva dos meios de produção, geridos pelos próprios trabalhadores. Essa ideia de que era perfeitamente possível associar um cotidiano reformista a uma perspectiva revolucionária apareceu

frequentemente n'A *Voz do Trabalhador*, como se vê a seguir, quando também se afirmava a escolha pelo sindicalismo revolucionário como método de luta:

Desde já uma conquista se impõe: a das 8 horas de trabalho, vitoriosamente arrancada pelos companheiros de São Paulo o ano passado. Mas o nosso fim não é só conquistar menos horas de trabalho e a elevação dos salários. O que desejamos, e havemos de conseguir, custe o que custar – é a emancipação dos trabalhadores da tirania e exploração capitalista, transformando o atual regime econômico do salariato e do patronato num regime que permita o desenvolvimento de organizações de produtores-consumidores, cuja célula inicial está no atual sindicato de resistência ao patronato. Como meio prático, como método de luta para alcançar tal *desideratum* adotará e usará o sindicalismo revolucionário<sup>22</sup>.

O ritmo de propagação das experiências do sindicalismo mundial era muito rápido, tanto através da propaganda tradicional como através dos canais de solidariedade – por exemplo, a ajuda financeira a trabalhadores de outros países<sup>23</sup>. Os jornais operários contribuíam para transmitir aos trabalhadores a ideia de fazer parte de um conjunto, de uma classe social e de uma luta que ultrapassava os limites do Estado nacional. Seu papel era informativo, mas também era o de propagar uma visão de mundo<sup>24</sup>. Todavia, o sindicalismo revolucionário como fenômeno transnacional construiu-se também, em grande parte, graças à circulação das ideias e práticas favorecida pelas correntes migratórias, ou seja, a grande mobilidade de trabalhadores e militantes, que caracteriza esse período da história dos trabalhadores do mundo, significava também a mobilidade das ideias, tradições e práticas de luta.

O sindicalismo revolucionário, nesse momento, podia ser considerado um fenômeno internacional se levarmos em conta a coincidência dos objetivos e das práticas de luta, e também a vontade dos grupos e organizações de se reconhecerem em um projeto revolucionário comum. É certo, porém, que os diversos movimentos em várias partes do mundo não eram redutíveis a um único esquema e tinham características peculiares segundo suas tradições políticas e toda uma série de fatores não facilmente identificáveis. Portanto, é claro que não havia uma identidade absoluta entre os vários movimentos<sup>25</sup>. Alceste De Ambris, principal representante do sindicalismo revolucionário italiano, que viveu dois longos períodos no Brasil, considerava possível reconhecer alguns dos elementos principais da atividade – ação direta, antimilitarismo, greve geral etc. – como “o mínimo denominador comum” do sindicalismo revolucionário<sup>26</sup>.

É claro que o movimento operário de cada país tem uma história própria e segue caminhos que são frequentemente o resultado de experiências



peculiares, e suas ligações com o ambiente e com a mentalidade dominante são muito fortes. Porém, o mundo do trabalho sempre demonstrou um alto grau de receptividade e de disponibilidade para acolher os mais diversos instrumentos de luta que servissem para sua emancipação cotidiana e futura. A greve geral é um desses instrumentos a partir dos anos 1890, sendo uma expressão direta da vontade de mudança nas relações de força econômicas do dia a dia e, ao mesmo tempo, uma medida concreta que envolvia a esfera da esperança, do desejo de revolução<sup>27</sup>.

O novo do projeto sindicalista revolucionário era essa tentativa de conciliar a luta para obter vantagens em curto prazo no quadro do sistema existente, mas com uma perspectiva em longo prazo de derrubar o capitalismo e instaurar um sistema de propriedade coletiva dos meios de produção, geridos pelos próprios trabalhadores através dos sindicatos. Portanto, a função do sindicato era dupla: consistia ao mesmo tempo em melhorar a condição operária e preparar sua emancipação futura, sendo dessa forma luta política<sup>28</sup> e econômica juntas, o que implicava a recusa, a marginalização e o esvaziamento do papel do partido político<sup>29</sup>. Desse ponto de vista, um partido era sobretudo uma opinião, ou uma ideologia. Um sindicato era, sobretudo, uma classe<sup>30</sup>.

A linguagem revolucionária, portanto, coexistia, na prática, com a vontade de obter melhorias para a condição operária. Os sindicalistas acreditavam que o melhor meio para alcançarem seus objetivos em curto e longo prazo era a ação coletiva e direta dos trabalhadores, e insistiam na importância, para a ação direta, de uma organização dos trabalhadores nos próprios locais de produção. Isso os levava a considerar os sindicatos como veículos decisivos da luta de classes, retomando a célebre frase de Georges Sorel, cujas ideias foram importantes para o desenvolvimento do sindicalismo revolucionário: “O futuro da classe operária reside no desenvolvimento autônomo dos sindicatos”<sup>31</sup>.

Essa orientação autonomista é um dos aspectos mais originais do movimento sindicalista revolucionário. Na verdade, a ideia de autonomia já estava presente, por exemplo, no último trabalho de Proudhon, *Da capacidade política da classe operária*<sup>32</sup>. O novo no movimento sindicalista revolucionário foi a vinculação da autonomia operária à ação sindical, ou seja, o sindicato passa a ser visto como o instrumento e a garantia dessa autonomia; a. Autonomia das massas trabalhadoras e do sindicato, no qual elas se exprimem diretamente. Essa autonomia é entendida como recusa da delegação de poder a qualquer representante político. Autonomia em relação aos partidos e à política era, portanto, uma exaltação da capacidade de autogoverno dos trabalhadores. Foi assim que os operários criaram um novo tipo de oposição ao Estado e à classe dominante, uma oposição que afirmava sua identidade de trabalhadores. As ideias e ações da COB estavam inseridas nessa lógica.

Vários autores consideram que essa orientação autonomista, que pode ser simbolizada pela primazia dada ao sindicato, estende-se também a esferas mais amplas da vida cultural e política e constituem um dos aspectos mais marcantes e mais originais do movimento sindicalista revolucionário. Segundo Jacques Julliard, o objetivo maior desse movimento teria sido o de transformar o isolamento social dos operários em atitude voluntária, de se aproveitar dessa marginalização imposta à classe operária e de metamorfoseá-la em consciência autônoma, de transformar a exclusão em secessão e de voltar contra a burguesia as armas que ela dirigia contra as massas operárias<sup>33</sup>.

Autonomia é uma das palavras-chave para a compreensão desse movimento. Para os sindicalistas revolucionários, a classe operária constituía uma força interessada na mudança. O terreno econômico era seu campo de batalha, e a ação direta sua arma natural. Seus meios de ação eram as associações de trabalhadores geridas pelos próprios trabalhadores. O jornal *A Voz do Trabalhador* aconselhava ao proletariado:

[...] Antes de tudo deveis assegurar vossa autonomia completa de classe  
[...] O proletariado não pode elevar-se intelectual e moralmente senão pelo sindicalismo<sup>34</sup>.

Como dissemos anteriormente, na teoria sindicalista revolucionária convergiam ideias socialistas, como a luta de classes, que os anarquistas recusavam como base da sua doutrina, e ideias anarquistas, como a destruição do Estado, embora, na visão sindicalista, os sindicatos substituiriam o Estado, tornar-se-iam a base da organização da futura sociedade, enquanto os anarquistas queriam destruir todas as instituições da sociedade burguesa, entre as quais incluíam também o sindicato. Arturo Labriola, importante teórico do *sindicalismo revolucionário* italiano, observou em um escrito de 1905:

O antiestatismo sindicalista é uma coisa bem diferente do antiestatismo anarquista. O primeiro tende a transferir a autoridade do Estado no sindicato de ofício; o segundo a destruí-lo de fato. O primeiro é, na sua índole, organizador e disciplinador; o segundo é contrário a toda regra preestabelecida de autoridade, mesmo consensual<sup>35</sup>.

Vários historiadores italianos consideram que a ideologia sindicalista revolucionária se aproximava mais do marxismo que do anarquismo porque ela teria sido mais influenciada por teorias de Marx segundo as quais a luta pelo socialismo é condicionada pelo desenvolvimento da economia industrial, que na luta de classes são decisivos o poder e a unidade da classe operária, e

que a garantia do sucesso estaria não na propaganda de conceitos como humanidade e liberdade, como pensavam os anarquistas, mas na consolidação da organização operária<sup>36</sup>.

Entretanto, foram muitos marxistas que logo caracterizaram o sindicalismo anterior à Primeira Guerra como anarquista. Para eles, a tentativa de edificar uma organização sindical fora de toda ideologia social-democrata e fora de toda colaboração com o socialismo organizado, associada a uma visão de um futuro em que o Estado tivesse praticamente desaparecido parecia próxima demais das ideias dos velhos adversários anarquistas<sup>37</sup>. Há também um outro elemento que aproxima o sindicalismo revolucionário do anarquismo: ambos os movimentos tinham uma concepção federalista da organização social futura, mas os anarquistas projetavam uma federação de associações voluntárias de indivíduos enquanto os sindicalistas revolucionários desejavam uma federação de sindicatos. São semelhanças que não permitem, porém, que o sindicalismo revolucionário seja reduzido ao anarquismo.

No Brasil das primeiras décadas do século XX, os anarquistas que atuaram nos sindicatos, junto a sindicalistas revolucionários puros, socialistas e outros, manifestaram grau de adesão variável em relação às ideias sindicalistas revolucionárias. Parte dos militantes e dos participantes dos sindicatos e federações eram anarquistas, mas os sindicatos e federações não eram anarquistas, e nem se comportavam como tal: tinham cotas mensais, secretários e desenvolveram uma luta reformista, ou seja, voltada a melhorar as condições de trabalho, os salários, diminuir a carga horária, ou seja, visando melhoramentos dentro do sistema existente. Ao mesmo tempo, lutavam para criar condições mínimas de democracia para que as organizações dos trabalhadores fossem consideradas elementos legítimos na sociedade brasileira.

O sindicalismo revolucionário, nos diferentes países, nasceu de movimentos com tradições bastante diversas, e isso contribuiu para os equívocos e incompreensões nas análises do fenômeno. As organizações que constituíam o movimento sindicalista revolucionário apresentaram, entre outras diferenças, uma grande diversidade em suas estruturas internas. Certas associações eram resolutamente descentralizadas, enquanto outras, como a IWW (Industrial Workers of the World) nos EUA, adotavam uma estrutura centralizada. Os *wobblies* se declaravam estreitamente ligados, no plano internacional, com os sindicalistas revolucionários e foram uma das expressões múltiplas desse movimento<sup>38</sup>.

Portanto, a fórmula do sindicalismo revolucionário não se encontrava somente na experiência francesa, mas também nas tendências radicais do movimento operário que emergiram em outros países naquele período histórico, como na experiência da COB. Há entre eles muitos pontos em comum,

e todas as muitas variantes se reconduziam a um único modelo ideal: a sociedade dos produtores, em que a primazia social pertenceria aos protagonistas da atividade produtiva<sup>39</sup>.

Assim, a despeito de todas as suas variantes nacionais e regionais, o sindicalismo revolucionário foi um movimento internacional. Todo o período em questão foi marcado, no plano internacional, por lutas operárias muito duras, e a experiência do sindicalismo revolucionário teve uma influência significativa em países como a França, a Itália, e também Espanha, Portugal, EUA<sup>40</sup>, Argentina<sup>41</sup>; e houve uma experiência brasileira desse fenômeno internacional, da qual a experiência da COB é um capítulo importante.

A COB atuou intensamente nos anos 1908 e 1909, com a escrita regular de seu jornal, e com a organização de grandes manifestações. O jornal sobrevivia com as quotas pagas pelas associações, das subscrições voluntárias, e organizando festas e quermesses. Nesses anos, apresentou notícias da federação e das associações a ela federadas, de suas reuniões, assembleias, greves, denunciou a exploração e as condições de trabalho nas fábricas e outros locais de trabalho, incentivou a luta pela jornada de oito horas, organizando também comícios de propaganda para esse fim. Procurava-se também convencer os trabalhadores que não tinham ainda uma organização a unirem-se para fazê-lo nesse intuito. A luta antimilitarista também foi tema central de discussão e da ação do jornal. O último número dessa primeira fase d'*A Voz do Trabalhador* é de dezembro de 1909.

A partir daí, a COB desarticulou-se. Em outubro de 1912, a Forj nomeou uma comissão reorganizadora da COB para dar início aos trabalhos para a realização do Segundo Congresso Operário Brasileiro<sup>42</sup>. Em janeiro de 1913, a COB estava reorganizada, com seu jornal renascendo e dando início a um novo período de lutas intensas. Nos primeiros meses de 1913, a COB confederação promoveu a realização de inúmeros comícios e manifestações contra a carestia, diversos comícios contra a lei de expulsão de estrangeiros, e comemorações e protestos do Primeiro de Maio. Organizou também atividades de propaganda contra a imigração para o Brasil, denunciando as péssimas condições de vida e de trabalho existentes no país. Em suas páginas, organizou e noticiou o Segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado em setembro de 1913.

O Segundo Congresso Operário Brasileiro realizou-se entre os dias 8 e 13 de setembro de 1913, na sede da COB, situada à rua dos Andradas, número 87, no Rio de Janeiro<sup>43</sup>. Para a preparação desse Segundo Congresso de 1913, a comissão organizadora expediu circulares a todas as associações operárias do Brasil de que se tinha conhecimento. O intenso desejo de realizar o congresso, motivo que fez renascer a Confederação Operária Brasileira, devia-se à neces-

cidade sentida de estudar os meios de se levar adiante mais intensamente as resoluções do congresso anterior, realizado sete anos antes. Podiam aderir ao congresso somente associações exclusivamente operárias e, que fossem compostas de um mínimo de 25 sócios.

Com a intenção de fazer um balanço geral das forças e das aspirações do proletariado brasileiro, foram convidados também representantes de todos os jornais considerados defensores sérios da causa operária. Fizeram-se representar os jornais *A Voz do Trabalhador* (porta-voz da COB), do Rio de Janeiro, *A Lanterna* e *Germinal*, de São Paulo, e *O Trabalho*, de Bagé, sendo seus delegados, respectivamente, Myer Feldman, Edgard Leuenroth, Antonio Esperidião e Astrojildo Pereira. Participaram desse congresso 59 associações de trabalhadores:

– da cidade do Rio de Janeiro, a Federação Operária do Rio de Janeiro (com os delegados José Elias da Silva e Joaquim dos Santos Barboza), o Centro dos Operários Marmoristas (delegados: Joaquim Nogueira e Alberto Marques), o Sindicato dos Sapateiros (delegados: José Ramos e José Caiazzo), o Sindicato dos Carpinteiros (delegados: Francisco Reis e Antonio Monteiro), o Sindicato dos Operários das Pedreiras (delegados: Joaquim da Silva Santos e José Ferreira Ribeiro), o Sindicato dos Estucadores (delegados: Manuel Ferreira Garrido e Antonio Soares), o Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilhos e Mosaicos (delegados: Demetrio Minana e José da Silva Meira), o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos (delegados: Pedro Vila e Albino Moreira), o Sindicato Operário de Ofícios Vários (delegados: José Alves Diniz e Abílio dos Santos), o Sindicato dos Operários na Indústria Elétrica (Hermogenio Silva e Albino Hensel), a União dos Alfaiates (delegados: Antonio Moreira e Joaquim Pinto Leal Júnior), a União Geral dos Pintores (delegados: João Coelho de Abreu e José M. Martins), a Fenix Caixeiral (delegados: Artur José de Sampaio e A. Eustáquio da Silva), o Centro Cosmopolita (delegados: Bento Alonso e José da Costa Pimenta), a Associação dos Empregados Barbeiros e Cabeleireiros (delegados: Manuel Fernandes e Domingos Ribeiro Cabral), a Liga Federal dos Empregados em Padaria (delegados: Antonio Ferreira Lírio de Rezende e Luiz Antonio Lourenço), a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café (delegados: José Arias de Castro e Francisco Guilherme das Chagas), a Sociedade Fraternidade e Progresso (delegados: Caralampio Trillas e Miguel Guarnido); do estado do Rio de Janeiro, o Círculo Operário Fluminense de Niterói (delegados: Ernesto Justino e Álvaro Gonzaga), o Sindicato Operário de Ofícios Vários, de Niterói (delegados: Antonio Devillard e Antonio Laje), o Sindicato dos Estucadores e Pedreiros, de Niterói (delegados: Antonio Augusto de Azevedo e Deoclecio Augusto de Azevedo), o Sindicato dos Tecelões e Artes Correlativas, de Niterói (delegados: Alcides José

Soares e Lindolfo Cardozo), o Centro Operário Primeiro de Maio, de Petrópolis (delegados:: Manuel Borges e Carmine Antonio Nastaci);

– de Minas Gerais, o Centro Operário Sindicalista, de Belo Horizonte (delegados:: Ferreira Minhocal e Antonio Rodrigues Maças), o Sindicato dos Pedreiros, de Belo Horizonte (delegados:: Alessandro Zanella e José Nunes dos Santos), o Sindicato dos Carpinteiros, de Belo Horizonte (delegados:: José Martins e Valentim Fernandes), a Associação Beneficente Irmãos Artistas, de Juiz de Fora (delegados: João Leuenroth e Alberto Jeronimo da Conceição), a União Operária de Juiz de Fora (Valdomiro Padilha e Jovelino Juvêncio de Oliveira), a Liga Operária Machadense, de Machado (delegado: Candido Costa);

– da cidade de São Paulo, o Sindicato Operário de Ofícios Vários (delegados:: José Romero e João Gonçalves da Silva), a União dos Canteiros (delegados: Antonio Gonçalves Nina e Antonio Rodrigues da Silva Júnior), a União Gráfica (Paulo Cruz e Tiberio Fratini), a União dos Chapeleiros em Geral (delegados: Rafael Cicchiatti e Julio Battistella), a Lega fra Pastai e Affini (delegados: Alfredo Frateschi e Manuel Gonçalves de Oliveira); do estado de São Paulo, Federação Operária de Santos (delegados: João Crispim e Rafael Serrato Munoz), o Sindicato dos Pedreiros e Serventes, de Santos (delegados: Manuel Perdigão e Augusto Marreiros), Sindicato dos Carpinteiros e Artes Correlativas, de Santos (delegados: Antonio Venosa e Manuel Rios), o Sindicato dos Operários em Pedra e Granito, de Santos (delegados: Francisco Garcia e Antonio Moutinho), o Sindicato dos Carroceiros e Chauffeurs, de Santos (delegados: Manuel Campos e Antonio Diogo), a União Operária, de Cravinhos (delegado José Alves e Paulino Rodrigues), a União Operária Beneficente, de Franca (delegados: Joaquim Teixeira e Valdemar Teixeira), o Centro Operário Beneficente e Instrutivo, de Jaú (delegados: Vitória Girardi e Faustino Garaldi), a Liga Operária, de Batatais (delegados: Adolfo Busse e Cirilo Ojeda), a Liga Operária de Campinas (delegados: Luiz Deulefens e Pascoal Gravina), o Sindicato dos Canteiros de Ribeirão Pires (delegados: Artur Conde e Bernardo Reis);

– do Rio Grande do Sul, a Federação Operária do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre (delegados: Luiz Derivi, Lucídio Marinho Prestes e Francisco Cardoso), a União Tipográfica, de Porto Alegre (delegados: Oscar Closs e Jesuíno Martins), o Centro dos Trabalhadores, de Passo Fundo (delegados: Antonio Cardoso e Adolfo Garcia Varela), a Federação Operária de Pelotas (delegado Carlos Simões Dias), a Sociedade Beneficente dos Alfaiates, de Bagé (delegados: Manuel Coutinho e Carlos Alberto Sapia);

– do Amazonas, a Associação das Artes Gráficas, de Manaus (delegado: Rozendo dos Santos);

– do Pará, a União dos Operários Sapateiros, de Belém (delegado Angelo Sperduto e Cédio de Brito);

– de Alagoas, a Federação Operária de Alagoas, de Maceió (delegados: Virgínio de Campos e Cecílio Vilar), o Sindicato dos Sapateiros, de Maceió (delegados Natale Muratori e Zenon de Almeida); Sindicato dos Alfaiates, de Maceió (delegado: Tomaz de Aquino), o Sindicato dos Marceneiros, de Maceió (delegados Manuel Ferreira dos Santos e Jaime de Oliveira), o Sindicato dos Estivadores de Maceió (delegado Luiz Gonzaga), Sindicato dos Gráficos de Maceió (delegado Honoré Cêmeli, que não pôde comparecer).

Outras oito federações e sindicatos não puderam enviar delegados, mas declararam adesão ao congresso. Trabalhadores da Argentina e do Uruguai enviaram também um delegado, atendendo aos apelos da comissão organizadora. O representante das Federaciones Obreras propôs uma ação comum por parte do operariado sul-americano, o que foi acolhido com enorme entusiasmo pelos participantes<sup>44</sup>.

Assim como nas resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, neste segundo, os trabalhadores organizados em sindicatos foram aconselhados a se manterem inteiramente no terreno da ação direta de pressão e resistência ao capitalismo, sem adesão a uma ideia política específica, para evitar conflitos, considerando as diferenças de opiniões políticas e religiosas entre os trabalhadores. Em relação aos meios de ação dos quais o operariado deveria se utilizar, foram reafirmadas também as decisões do Primeiro Congresso, quais sejam: a greve geral ou parcial, o boicote, a sabotagem, as manifestações públicas, entre outras, de acordo com as circunstâncias e sempre respeitando o princípio da ação direta.

Reafirmou-se também a luta contra o trabalho por obra ou por empreitada; decidiu-se também por evitar ao máximo a burocratização dos sindicatos, recusando a elaboração de estatutos e regulamentos muito rígidos; defendeu-se também a conveniência da criação de seções de sindicatos em cidades grandes; enfatizou-se também a necessidade de se realizarem campanhas e excursões para estimular os trabalhadores rurais a se organizarem e para denunciar as condições de exploração do trabalho no campo; aconselhou-se também que a defesa do salário mínimo e da limitação da jornada de trabalho se fizesse pela ação direta.

Defendeu-se novamente a conveniência da organização federativa dos trabalhadores. Decidiu-se também que todos os sindicatos confederados deveriam adotar o uso de um sinete de forma redonda com os dizeres Confederação Operária Brasileira – *Bem-estar e Liberdade*. Esses dizeres enfatizavam os princípios do movimento dos trabalhadores naquele período e da COB: a luta por melhores condições de vida e de trabalho e a liberdade, a autonomia dos trabalhadores e dos sindicatos.

Foram considerados os meios de luta mais adequados a serem empregados para a propaganda do sindicalismo, as conferências e palestras, excursões pelos subúrbios e estados, distribuição de jornais, folhetos e manifestos, excursões pelos estados, ajudando na organização dos operários. Aconselhou-se também que a defesa do salário-mínimo e da limitação da jornada de trabalho se fizesse pela ação direta. A imprensa foi defendida como o meio mais eficaz de educação dos trabalhadores, e para isso insistiu-se na necessidade de criação de novos jornais de propaganda sindicalista e a mais ampla divulgação do jornal da COB. Estimulou-se aos sindicatos a criação e divulgação de escolas racionalistas, ateneus, cursos profissionais de educação técnica e artística, além da edição de livros e folhetos. Manifestou-se oposição ao cooperativismo, considerando-o contrário ao princípio da resistência.

Aconselhou-se também com veemência a recusa e o afastamento de modo absoluto do sindicalismo católico, entendido como engano e convite à passividade. Defendeu-se uma extensa e ininterrupta campanha contra o alcoolismo. Decidiu-se que a COB e as associações operárias deveriam fornecer informações sobre as condições de vida e de trabalho no Brasil aos trabalhadores dos países que enviavam emigrantes para cá. Defendeu-se a necessidade de uma constante propaganda antimilitarista e o internacionalismo, considerando a identidade de interesses entre todos os proletários do mundo.

A sessão encerramento se deu no próprio Centro Cosmopolita, terminando às 23h30min ao som do Hino da Internacional. O encerramento definitivo do congresso se deu no Teatro Lucinda, no dia 22 de setembro, com a presença de muitos trabalhadores. O Congresso repercutiu em todo o país e teve discussões acaloradas, com grande número de ouvintes, dando novo ânimo ao movimento sindical, com o surgimento e fortalecimento de muitas organizações operárias e da própria COB.

Entre os anos de 1913 e 1915, a COB, através de seu jornal, continuou informando os trabalhadores sobre o movimento operário no Brasil e em outros países, seguiu seus protestos contra as expulsões de trabalhadores, contra a guerra, manifestando apoio aos movimentos anticlericais. Apresentou ainda, ao longo de toda a sua existência, vários artigos de debate sobre o sindicalismo e sua importância na organização dos trabalhadores. Embora muitos dos militantes que articularam a COB e que escreviam no jornal fossem anarquistas, prevaleceu a ideia, expressa pelo importante anarquista Neno Vasco nas páginas do jornal, de que o sindicato não deveria ser anarquista, pois isso afastaria muitos trabalhadores e, dividiria o movimento.

Neno Vasco apresentou também no jornal a razão principal do interesse pela organização e ação sindicalistas, argumentando que nele “o operariado enfrenta o patrão, aprende a considerá-lo como parasita, educa-se no antago-



nismo de classe, discute os seus interesses profissionais, adquire o hábito da solidariedade, intervém na via social”, ainda que ele visse como conclusão lógica do movimento sindicalista a expropriação revolucionária da terra e de todos os meios de produção<sup>45</sup>. O também anarquista João Penteado argumentava que “o sindicalismo é a forma melhor adaptável às nossas necessidades atuais, a exemplo do que observamos no movimento operário francês”<sup>46</sup>.

O sindicalismo era apresentado também como a verdadeira consciência de classe:

[...] desde há muito que a consciência do antagonismo dos interesses se tem traduzido em revoltas localizadas, em greves, e na organização de sociedades chamadas de resistência, que deram origem aos atuais sindicatos. É nessas sociedades que se torna mais firme a consciência de classe do proletariado. [...] é lá que se apuram as responsabilidades de todos os sofrimentos individuais e coletivos: responsabilidades dos acidentes, das doenças, dos funerais causados pelo cansaço e pelas más condições de higiene. [...] É sobretudo no sindicato que se faz a educação moral dos operários: dignidade individual, simpatia e solidariedade<sup>47</sup>.

O sindicalismo revolucionário teve sucesso entre os trabalhadores organizados no período por dois motivos básicos: ele aceitava e defendia a luta cotidiana por melhorias, mesmo que a linguagem fosse revolucionária; e era um esforço para atenuar divergências que dividiam os operários, ou seja, um fator de unificação importante.

Em junho de 1915 saiu o último número do jornal, encerrando os registros da experiência da confederação. E, em 1920, quando se realizou o terceiro congresso operário da Primeira República, a COB já não existia. Se o primeiro e o segundo congressos tiveram um clima de mobilizações, o terceiro ocorreu no período da intensa repressão que se seguiu às ondas de lutas dos anos 1917-1919, com a deportação de muitos líderes operários. Era também um período de reconfiguração do movimento dos trabalhadores.

A análise das resoluções do 3º Congresso indicam que foram poucas as conquistas efetivas e duradouras ao longo dos 14 anos que separaram a realização do primeiro e do terceiro congressos, com muitas das temáticas retomadas. Mas é certo que todas as experiências vividas ao longo desses anos, incluindo o esforço da COB na criação de uma articulação nacional do movimento, foram fundamentais na construção dos trabalhadores como sujeitos políticos no Brasil. Seu jornal, *A Voz do Trabalhador*, cem anos depois de sua publicação, como afirmou Paulo Sérgio Pinheiro, “continua a ser relevante para os historiadores e para os sindicalistas de hoje”<sup>48</sup>.

## RESUMO

---

O artigo analisa a experiência da Confederação Operária Brasileira, primeira central sindical do país, que funcionou de 1908 a 1915 e foi o primeiro esforço de criação de uma identidade comum entre os trabalhadores do Brasil. Seu jornal, *A Voz do Trabalhador*, noticiou as lutas do proletariado de várias partes do Brasil e do mundo e conseguiu pela primeira vez coordenar e promover a troca de informações no interior do movimento. A COB inspirou-se nas ideias do sindicalismo revolucionário, que defendia a autonomia dos trabalhadores e o sindicato como o espaço de garantia dessa autonomia.

## PALAVRAS-CHAVE

---

Confederação Operária Brasileira; sindicalismo revolucionário; movimento operário; Primeira República.

*“For the union of the Brazilian proletariat”: the Brazilian Workers Confederation, the syndicalism and the defense of the autonomy of the Brazilian workers during the First Republic.*

## ABSTRACT

---

The article analyses the experience of the Brazilian Workers Confederation, the first trade union congress in Brazil, between 1908 and 1915, which was the first endeavor to form a common identity for the Brazilian workers. The journal of the Confederation, *A Voz do Trabalhador* (The Voice of the Worker), published news about the workers' fights from different regions of Brazil and worldwide, and, for the first time in Brazilian working-class history, succeeded in coordinating and promoting information exchange inside the working-class movement. The Confederation was based on Revolutionary Syndicalism ideas, defending the workers autonomy and the union as the space of the guarantee of such autonomy.

## KEYWORDS

---

Brazilian Workers Confederation; revolutionary syndicalism; working-class movement; First Republic.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Edilene Toledo fez a graduação, o mestrado e o doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tendo realizado também estudos e pesquisas na Itália. Escreveu livros e artigos sobre a história dos trabalhadores, sobre anarquismo, sindicalismo e imigração. Desde 2008 é professora de História do Brasil na Universidade Federal de São Paulo. Contato da autora: edilene.toledo@unifesp.br.

<sup>2</sup> Ver Prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro à edição *fac-similar* de *A Voz do Trabalhador*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Centro de Memória Sindical, 1985.

- <sup>3</sup> *A Voz do Trabalhador*, 01/02/1913, p. 1.
- <sup>4</sup> Confederação Operária Brasileira, *A Voz do Trabalhador*, 01/07/1908, p. 1.
- <sup>5</sup> CERVETTI, Valerio (a cura di). *Sciopero agrarioagrário del 1908: un problema storico* (Atti del convegno tenuto a Parma l'1 e 2 dicembre 1978). Parma:, Grafiche STEP, 1984.
- <sup>6</sup> *A Voz do Trabalhador*, 1º/7/1908, p. 4.
- <sup>7</sup> *Idem*.
- <sup>8</sup> Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro. In PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michel. *A classe operária no Brasil*. Documentos (1889-1930), vol. I: O movimento operário. São Paulo: Alfa-ômega, 1979, pp. 41 a 58.
- <sup>9</sup> *A Voz do Trabalhador*, 15/8/1908, p. 2.
- <sup>10</sup> Ver BATALHA, Claudio. *Dicionário do Movimento Ooperário*.: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 220.
- <sup>11</sup> *Ibid.*, pp. 89 e 149.
- <sup>12</sup> *Ibid.*
- <sup>13</sup> *A Voz do Trabalhador*, 1/07/1908, pp. 1 e 2.
- <sup>14</sup> *Idem*.
- <sup>15</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael, *op. cit.*, p. 46 e 47.
- <sup>16</sup> *A Voz do Trabalhador*, 01/01/1913.
- <sup>17</sup> “O sindicato”. *A Voz do Trabalhador*, 15/01/1913, p. 2.
- <sup>18</sup> *A Voz do Trabalhador*, 9/12/1909, p.1.
- <sup>19</sup> *Idem*.
- <sup>20</sup> HOBBSAWM, Eric J. “Trabalhadores do mundo”. In: HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 194.
- <sup>21</sup> *A Voz do Trabalhador*, 1/1/1913, p. 2.
- <sup>22</sup> *A Voz do Trabalhador*, 01/07/1908, p. 1.
- <sup>23</sup> Ver ANTONIOLI, Maurizio. *Il sindacalismo italiano dalle origini al fascismo*. Studi e ricerche. Pisa:, BFS edizioni, 1997, p. 128.
- <sup>24</sup> Sobre esse tema, da educação através da imprensa, ver BATALHA, Claudio H. M.. *Le syndicalisme “amarelo” à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Tese de Doutorado, Université de Paris I, 1986.
- <sup>25</sup> Ver ANTONIOLI, Maurizio. *Azione diretta e organizzazione operaia – sindacalismo rivoluzionario e anarchismo tra la fine dell’Ottocento e il fascismo*. Roma:, Piero Lacaita, 1990.
- <sup>26</sup> *Ibid.*, p. 113.

<sup>27</sup> *Ibid.*

<sup>28</sup> O apoliticismo declarado pelas organizações inspiradas pelo sindicalismo revolucionário era também um modo de evitar o ataque dos adversários, que contavam com a cumplicidade da polícia e ameaçavam as liberdades fundamentais. Por outro lado, o chamado apoliticismo era a declaração de não associação dos sindicatos a nenhuma corrente política específica.

<sup>29</sup> ANTONIOLI, M., *Op cit.*, p. 130.

<sup>30</sup> JULLIARD, J. “Le syndicalisme révolutionnaire et la politique. 1900-1914”. *Ricerche Storiche*, 1981, n. 1, p. 89.

<sup>31</sup> Ver SOREL, Georges. “L’avenir socialiste des syndicats”. In *Matériaux d’une théorie du prolétariat*. Paris: Slatkine, 1981.

<sup>32</sup> PROUDHON, P. J. *La capacidad política de la clase obrera*. Madrid: Júcar, 1977.

<sup>33</sup> Ver JULLIARD, J. “Autonomie ouvrière: études sur le syndicalisme d’action directe”. Paris: Gallimard, 1988, p. 24; e LINDEN, M. Van der; e THORPE, W. “Essor e déclin du syndicalisme révolutionnaire”. *Le Mouvement Social*, n. 159, avril-juin, 1992. Alguns historiadores consideram o estudo de Jacquesart Julliard um trabalho político, pois nos anos 1960 ele era um militante da CFDT que lutava pela laicização do sindicato, ainda marcado pelos resíduos da origem católica. Ele teria ido buscar na Carta de Amiens os princípios do sindicalismo autônomo, ou seja, o sindicalismo revolucionário foi um terreno de pesquisa dos fundamentos da linha assumida pela CFDT depois de 1968: a autonomia sindical, a organização federativa e a autogestão. Ver sobre isso MALATESTA, Maria. “Gramsci e il sindacalismo rivoluzionario. Riflessioni sul rapporto outra analisi storiografica e giudizio de valore”. *Ricerche Storiche*, 1981, p. 330. Acredito, porém, que esse interesse militante pelo tema não impediu o autor de analisar criticamente seu objeto de pesquisa.

<sup>34</sup> “A obra do sindicalismo”. *A Voz do Trabalhador*. 05/07/1914, p. 1.

<sup>35</sup> LABRIOLA, Arturo. *Sindicalismo e reformismo*. Firenze, G. Nerbini, 1905, p. 24.

<sup>36</sup> FURIOZZI, G. B. *Il sindacalismo rivoluzionario italiano*. Milano: Mursia, 1977, p. 101. Por outro lado, há outros historiadores, como Gian Maria Bravo, que consideram que a declarada hostilidade dos sindicalistas revolucionários contra o partido significaria uma recusa total do marxismo. Há também, todavia, aqueles que consideram que o movimento poderia ser considerado uma espécie de partido. Ver “Alcune considerazioni sul la ‘decomposizione del marxismo’ nel sindacalismo rivoluzionario”. *Ricerche Storiche*, 1975, p. 83.

<sup>37</sup> Ver JULLIARD, J., *Op. cit.*

<sup>38</sup> Ver CONLIN, J. R. *Bread and Roses Too: Studies of the Wobblies*. Westport:, Greenwood, 1970; e CONLIN, J. Rid. (ed.) *At the point of Production: the Local History of the IWW*. Westport:, Greenwood, 1981.

<sup>39</sup> Ver CLEMENTI, Andreina de. *Politica e Società nel Sindacalismo Rivoluzionario italiano. 1900-1915*. Roma: Bulzoni Editore, 1983.

<sup>40</sup> Sobre a experiência do sindicalismo revolucionário nos EUA, ver, entre outros, DADÀ, Adriana. “Aspetti del sindacalismo rivoluzionario statunitense: L’Industrial Workers of the World”. *Ricerche Storiche*, n. 1, 1981.

<sup>41</sup> Sobre a experiência argentina do sindicalismo revolucionário, ver, entre outros, BILSKY, Edgardo J. “Aux origines de la tradition sorélienne en Argentine: le syndicalisme révolutionnaire (1904-1910)”. *Cahiers des Amériques Latines*, n. 9.

<sup>42</sup> *A Voz do Trabalhador*, 1/02/1913, p. 1.

<sup>43</sup> Todas as informações sobre o Segundo Congresso aqui apresentadas encontram-se em “O que pensa o Brasil proletário. Resoluções do Segundo Congresso”. *A Voz do Trabalhador*, 1/10/1913, pp. 2, 3 e -4.

<sup>44</sup> *Idem*.

<sup>45</sup> VASCO, Neno. “Sindicalismo revolucionário”. *A Voz do Trabalhador*, 3/1/1909, p. 4.

<sup>46</sup> PENTEADO, João. “A propósito de sindicalismo”. *A Voz do Trabalhador*, 15/04/1913, p. 2.

<sup>47</sup> “Sindicalismo”. *A Voz do Trabalhador*, 15/01/1913, p. 4.

<sup>48</sup> Prefácio à edição *fac-similar* de *A Voz do Trabalhador*, *op. cit.*, p. VII.